

BASÍLIO JOSÉ AUGUSTO JOSÉ

**Os Problemas do Ensino Escolar em Moçambique e soluções estratégicas para o Século XXI**

Mestrado em Educação/Ensino de Física

Universidade Pedagógica

Beira

2010

BASÍLIO JOSÉ AUGUSTO JOSÉ

**Os Problemas do Ensino Escolar em Moçambique e soluções estratégicas para o Século XXI**

Ensaio apresentado ao Departamento de Física da Faculdade de Ciências Naturais e Matemática Delegação da Beira como critério de avaliação e conclusão da cadeira de Políticas Públicas Educativas.

Universidade Pedagógica

Beira

2010

## Índice

Resumo .....	3
Introdução .....	4
Objectivos .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.1.1 Geral.....	5
1.1.2 Específicos .....	5
1.2 Metodologias.....	5
2.Quadro teórico .....	6
2.1 Conceito de políticas.....	6
2.2 Políticas públicas .....	7
2.3 Políticas públicas educativas.....	7
2.4 Políticas públicas Educativas em Moçambique.....	8
2.5 Abordagem sobre a conferência Mundial de educação para todos .....	11
2.6 Reflexão sobre actual situação da educação escolar em Moçambique .....	15
Sobre os alunos .....	15
Sobre os professores .....	17
2.7 Soluções estratégicas .....	18
Considerações finais .....	20
Bibliografia .....	22

## Resumo

Este trabalho pretendeu analisar os problemas do ensino escolar em Moçambique desde a Primeira até a Décima Segunda classe. Esta análise foi realizada mediante a identificação dos problemas tanto como para os alunos e bem como para os professores. Posteriormente traçaram-se estratégias que visam solucionar o problema em análise.

Para a realização do presente ensaio recorreu-se ao método de pesquisa bibliográfica que consistiu na leitura de várias obras relacionadas com a matéria em estudo.

O trabalho é constituído por elementos pré-textuais onde se encontra a capa, capa de rosto, índice e resumo; elementos textuais que compreendem a introdução, objectivos metodologias e o quadro teórico que corresponde ao desenvolvimento do trabalho. Nesta etapa é abordada os aspectos ligados ao conceito de políticas, políticas públicas, política públicas educativas, Lei 6/92, a conferência de Jomtien, e finalmente estes elementos foram tomados como base para a elaboração das estratégias soluções para o século XXI.

O ensaio termina com uma conclusão onde se considera que qualquer política educativa é fundamental, pois que ela é que orienta o sentido e a direcção de qualquer estratégia adoptada no campo educativo.

**Palavras-chave:** Políticas, Políticas Públicas, Políticas Públicas Educativas, Estratégias, Problemas e ensino escolar.

## Absrtact

This work intended to analyze problems of school education in Mozambique as from the first to the twelfth grade. This analysis was done through the identification of problems faced by learners and teachers as well. At the end of the work, strategies on how to solve the problem in question are given.

To conduct this experiment, bibliographic research was done through reading of various books related to the problem in analysis.

The work consists of pre- textual elements where a cover page, topic page, index and a summary are found; textual elements consisting of an introduction, methodological objectives and a theory table corresponding to the development of the work. At this phase, aspects related to the concept of politics, public politics, educative public politics, Law 6/92, Jomtien conference are tackled, and finally these elements were taken as the basis for the elaboration of strategies and solutions for the twenty-first century.

The experiment ends with a conclusion where it is considered that any educative politics is fundamental as it gives sense and direction on any adopted strategy in the field of education.

**Key words:** Politics, Public politics, Educative public politics, Strategies, Problems of school education

## 1. Introdução

Um dos objectivos da declaração Mundial sobre a educação para todos, realizada entre os dias 5 a 9 de Março de 1990 na Tailândia, visava a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem para todos, não querendo com tudo baixar a qualidade de ensino, mas sim reduzir as barreiras ao acesso escolar. Não obstante, Moçambique também aderiu aos resultados desta conferência tendo adoptado algumas estratégias aí traçadas. Esperava-se até a década de 2000 que:

*Cada Moçambicano - criança, jovem ou adulto - pudesse estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (Jomtien, 1990, artigo 1 pg.4)*

Nota-se no entanto, que estas qualidades não são observadas na maior parte de Jovens, crianças e adultos do nosso País, facto que está a preocupar toda a sociedade Moçambicana sobre o destino da educação para a geração de viragem, do ponto de vista da política educativa. Já que a educação é a base de desenvolvimento de uma nação.

No presente ensaio, elaborado como critério de avaliação do curso de mestrado em ensino de Física na Cadeira de Políticas Públicas e Educativas, pretendeu-se inferir os problemas do Ensino Escolar em Moçambique, identificar as falhas na implementação das estratégias traçadas na conferência de Jomtien-1990, bem como propor algumas medidas rumo ao alcance de resultados a expectativa da sociedade Moçambicana.

## **1.1 Objectivos**

### **1.1.1 Geral**

- Analisar os problemas do Ensino Escolar em Moçambique bem como sugerir algumas soluções estratégicas para o século XXI

### **1.1.2 Específicos**

- Identificar os problemas do Ensino Escolar em Moçambique de acordo com os objectivos traçados na conferência mundial de educação para todos de Jomtien.
- Identificar as falhas na implementação das estratégias da Conferência Mundial de Educação para todos.
- Propor algumas soluções estratégicas rumo ao alcance de uma educação expectativa ideal.

## **1.2 Metodologias**

A concretização dos objectivos propostos neste ensaio, foi feita mediante a aplicação do método de pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos (1996, p.86) consiste na colocação do pesquisador em contacto directo com o que foi escrito sobre o assunto.

Com base nesta metodologia, procurou-se efectuar uma leitura em obras científicas que abordam minuciosamente o conhecimento científico que diz respeito a conferência de Jomtien, Educação Básica, lei 6/92 bem como outras fontes indicadas na bibliografia.

## 2. Quadro teórico

### 2.1 Conceito de políticas

EASTON (1953, p. 130) considera “uma política (policy) como uma teia de decisões que alocam valor”. Mais especificamente, como um “conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à selecção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada”.

Segundo HECLLO (1972, p. 84-85), o conceito de política (policy) não é “auto-evidente”. Ele sugere que “uma política pode ser considerada como um curso de uma acção ou inacção (ou “não-acção”), mais do que decisões ou acções específicas”.

WILDAVSKY (1979, p. 387) lembra que o termo político é usado para referir-se a um processo de tomada de decisões, mas, também, ao produto desse processo.

HAM e HILL (1993, p. 13) analisam as “implicações do facto de que a política envolve antes um curso de acção ou uma teia de decisões que uma decisão”, destacando aspectos como:

- “há uma rede de decisões de considerável complexidade;
- há uma série de decisões que, tomadas em seu conjunto, encerram mais ou menos o que é a política;
- políticas mudam com o passar do tempo e, em consequência, o término de uma política é uma tarefa difícil;
- o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de não-decisões”.

Uma forma de resumir as características do conceito é dada por estes três elementos:

- uma teia de decisões e acções que alocam (implementam) valores;
- uma instância que, uma vez articulada, vai conformando o contexto no qual uma sucessão de decisões futuras serão tomadas;
- algo que envolve uma teia de decisões ou o desenvolvimento de acções no tempo, mais do que uma decisão única localizada no tempo.

## 2.2 Políticas públicas

As políticas públicas podem ser compreendidas como sendo orientações feitas pelos órgãos do poder para aplicar no campo económico e social.

Importa também dizer que quanto ao conceito de políticas públicas não há ideia consensual, concordando todos num ponto: *tudo aquilo que o governo implementa para todos cidadãos, conjunto de acções relativas a alocação imperativa de valores*. Ou então programas de acção governamental visando garantir o bem-estar social e tais programas podem ser para garantir o direito à saúde, o acesso à educação, o direito a habitação, a segurança pública, o desporto, o lazer, o direito ao meio ambiente saudável entre outros.

As políticas públicas podem ser:

- *Políticas públicas reguladoras*- que visam estabelecerem padrões e uniformidade, como o caso de atribuição de certificados e diplomas na conclusão de um certo nível.
- *Políticas públicas éticas*- aquelas que visam regular a ética de uma sociedade, como por exemplo, quando se divulga uma lei contra os abortos, o casamento de lésbicas, homossexuais, poligamia ou mesmo a prática contra a pedofilia.
- *Políticas públicas de capitalização*- estão ligadas a formação de capitais, como por exemplo, quando se promulga uma lei que dá acesso aos empréstimos bancário.
- *Políticas públicas distributivas*- ligada a forma de distribuição de riquezas.
- *Políticas públicas de redistribuição*- ligada aos critérios de distribuição de bens fazendo a observância de quem tem mais, e quem tem menos.

## 2.3 Políticas públicas educativas

As políticas públicas educacionais serão neste caso, orientações teórico práticas em relação a questões e problemas educacionais como parte integrante do interesse público.

Exemplos de políticas públicas educativas:

- Reformas da educação no ensino técnico profissional;
- A política do ensino superior baseado na declaração de Bolonha;

- A política ligada a educação para todos (Conferência de Jomtien-1990)

## **2.4 Políticas públicas Educativas em Moçambique**

Concordando com os pontos de vista de HAM e HILL (1993, p. 13), WILDAVSKY (1979, p. 387), EASTON (1953, p. 130) e de HECLO (1972, p. 84-85) sobre os conceitos de políticas, pode-se compreender a política pública educativa como sendo um conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à selecção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada e orientadas para o processo de ensino e aprendizagem de uma sociedade ou nação.

No contexto de Moçambique, as políticas públicas educativas (PPE) na lei 6/92 de 6 de Maio, surgem como uma necessidade de reajustar o quadro geral do sistema educativo e adequar as disposições contidas na Lei 4/83, de 23 de Março, as actuais condições sociais e económicas, tanto do ponto de vista pedagógico como organizativo.

Estas políticas públicas são circunscritas dentro do Sistema Nacional de Educação (SNE) que obedece os seguintes princípios:

### **Princípios gerais**

- a. A educação é direito e dever de todos os cidadãos;
- b. O estado no quadro da lei, permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo.
- c. O Estado organiza e promove o ensino, como parte integrante da acção educativa nos termos definidos na Constituição da Republica;
- d. O ensino Publico é laico

### **Princípios pedagógicos**

- a. Desenvolvimento de capacidades e da personalidade de uma forma harmoniosa, equilibrada e constante, que confira uma formação integral;
- b. Desenvolvimento de iniciativa criadora, da capacidade de estudo individual e de assimilação crítica dos conhecimentos;
- c. Ligação entre a teoria e a prática, que se traduz no conteúdo e no método de ensino das várias disciplinas, no carácter politécnico de ensino conferido e na ligação entre a escola e a comunidade.

- d. Ligação do estudo ao trabalho produtivo socialmente útil como forma de aplicação dos conhecimentos científicos à produção e de participação no esforço de desenvolvimento económico e social do país.
- e. Ligação estreita entre a escola e a comunidade em que a escola participa activamente na dinamização do desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade e recebe desta a orientação necessária para a realização de um ensino e formação que corresponda as exigências do desenvolvimento do país.

### **Objectivos gerais no SNE**

- a. Erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo o povo moçambicano o acesso ao conhecimento científico e o desenvolvimento pleno das suas capacidades.
- b. Garantir o ensino básico a todos os cidadãos de acordo com o desenvolvimento do país através da introdução progressiva da escolaridade obrigatória.
- c. Assegurar a todos os moçambicanos o acesso a formação profissional
- d. Formar cidadãos com uma sólida preparação científica, técnica, cultural e física e uma elevada educação moral cívica e patriótica.
- e. Formar professor como educador e profissional consciente com profunda formação científica e pedagógica, capaz de educar os jovens e adultos.
- f. Formar cientistas e especialistas devidamente qualificados que permitam o desenvolvimento da produção e da investigação científica.
- g. Desenvolver a sensibilidade estética e capacidade artística das crianças, jovens, e adultos, educando-os no amor pelas artes e no gosto pelo belo.

### **Estrutura do Sistema Nacional de Educação**

O sistema nacional de educação refere que o ensino escolar compreende três níveis nomeadamente:

- Ensino geral que compreende dois níveis o *primário* e o *secundário*
- Ensino técnico-profissional que compreende o nível *elementar, o básico e o médio*
- Ensino superior

#### **Ensino primário**

Em 2004 iniciou a implementação do novo currículo do Ensino Básico, com a introdução da 1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classe. Este ano o programa prossegue-se com a entrada da 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> classe. Este processo enquadra-se no Plano Estratégico da Educação que define a reforma curricular como um dos caminhos para a melhoria da qualidade de educação em Moçambique. (MEC; 2010; p86)

De acordo com o plano curricular do ensino básico, o ensino primário apresenta uma inovação quanto a ciclos de aprendizagem, algo que não estava prevista nas leis 4/83 e 6/92. Nesta inovação o currículo do ensino Básico tem 7 classes organizadas em 2 graus.

O 1<sup>o</sup> grau, está dividido em dois ciclos, sendo primeiro correspondente à 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe e o segundo ciclo correspondente a 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> classe. O 2<sup>o</sup> grau compreende a 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> classe correspondentes ao 3<sup>o</sup> ciclo. O ingresso ao ensino básico é feito aos 6 anos de idade, devendo concluí-lo em princípio aos 12 anos.

Os ciclos são unidades de aprendizagem com objectivos de desenvolver habilidades e competências específicas. Assim:

- O 1<sup>o</sup>ciclo vai desenvolver habilidades e competências de leitura e escrita, contagem de números e realização de operações básicas (somar, subtrair, multiplicar e dividir), observar e estimar distâncias, medir comprimentos, noções de higiene pessoal, de relação com outras pessoas, consigo próprio e com o meio;
- O 2<sup>o</sup>ciclo aprofunda os conhecimentos e habilidades desenvolvidas no primeiro ciclo e introduz novas aprendizagens relativas as ciências sociais, e naturais sem, contudo, querer dizer que estas matérias não são abordadas no 1<sup>o</sup>ciclo. Neste âmbito, visa ainda o aluno a calcular superfícies e volumes.
- O 3<sup>o</sup>ciclo, corresponde ao 2<sup>o</sup>grau, para além de consolidar e ampliar os conhecimentos, habilidades adquiridos nos ciclos anteriores vai preparar o alunos para a continuação dos estudos e/ou para a vida.

*Em resumo apresenta-se a organização curricular do Ensino Básico em Moçambique*

Idade	6	7	8	9	10	11	12
Classes	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>
Ciclos	1 <sup>o</sup>		2 <sup>o</sup>			3 <sup>o</sup>	
Grau	1 <sup>o</sup>					2 <sup>o</sup>	

Fonte: Plano curricular do ensino Básico p. 25

Os restantes níveis de ensino mantêm com a mesma característica de acordo com a lei 6/92

## **2.5 Abordagem sobre a conferência Mundial de educação para todos**

A conferência Mundial de educação para todos teve como objectivos centrados em 10 artigos nomeadamente:

### *ARTIGO 1-Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*

A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

Nesta conferência a semelhança do que Moçambique adoptou na lei 6/92 as necessidades básicas que compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

### *ARTIGO 2-Expandir o enfoque*

Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis actuais de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia.

Este enfoque, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende universalizar o acesso à educação e promover a equidade; · concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de acção da educação básica; - propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças.

### *ARTIGO 3-Universalizar o acesso à educação e promover a equidade*

A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efectivas para reduzir as desigualdades.

Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.

Um compromisso efectivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nómados e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

#### *ARTIGO 4-Concentrar a atenção na aprendizagem*

A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efectivo para o indivíduo ou para a sociedade, dependerá em última instância da razão dessas mesmas oportunidades. As pessoas poderão aprender de facto conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores.

Neste contexto, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efectivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma.

As abordagens devem ser activas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.

#### *ARTIGO 5-Ampliar os meios e o raio de acção da educação básica*

A diversidade, a complexidade e o carácter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os elementos como cuidados básicos de infância na comunidade, na família e nas instituições de ensino; criação de programas alternativos, incorporar as tecnologias de informação e comunicação, tradicionais e bibliotecas no processo de ensino e aprendizagem

#### *ARTIGO 6-Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem*

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem activamente de sua própria educação e dela se beneficiem.

Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis “*respaldam-se*” mutuamente, e esta interacção deve ser usada para criar, em benefício de todos, um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração.

#### *ARTIGO 7-Fortalecer as alianças*

As autoridades responsáveis pela educação ao nível nacional como os Municípios, o Estado as igrejas e o sector privado devem tornar a educação básica prioritária para todos e reconhecerem o papel do professor e agentes que operam na educação.

#### *ARTIGO 8-Desenvolver uma política contextualizada de apoio*

As Políticas de apoio nos sectores social, cultural e económico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade.

A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria da qualidade do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser possível estabelecer, em cada nível da educação, um contacto estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo.

#### *ARTIGO 9-Mobilizar os recursos*

Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante acções de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar actuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um país.

Um apoio mais amplo por parte do sector público significa atrair recursos de todos os órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento humano, mediante o aumento em valores absolutos e relativos, das dotações orçamentárias aos serviços de educação básica. Significa, também, reconhecer a existência de demandas concorrentes que pesam sobre os recursos nacionais, e que, embora a educação seja um sector importante, não é o único. Cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação resultará em um maior rendimento, e poderá ainda atrair novos recursos. A urgente tarefa de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem poderá vir a exigir uma relocação dos recursos entre sectores, como por exemplo, urna transferência de fundos dos gastos militares para a educação. Acima de tudo, é necessária uma protecção especial para a educação básica nos países em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projecto social, cultural e económico.

#### *ARTIGO 10-Fortalecer solidariedade internacional*

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional e relações económicas honestas e equitativas, a rim de corrigir as actuais disparidades económicas. Todas as nações têm valiosos conhecimentos e experiências a compartilhar, com vistas à elaboração de políticas e programas educacionais eficazes.

Será necessário um aumento substancial, a longo prazo, dos recursos destinados à educação básica. A comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições intergovernamentais, tem a responsabilidade urgente de atenuar as limitações que impedem algumas nações de alcançar a meta da educação para todos. Este esforço implicará, necessariamente, a adopção de medidas que aumentem os orçamentos nacionais dos países mais pobres, ou ajudem a aliviar o fardo das pesadas dívidas que os afligem.

Os Credores e devedores devem procurar fórmulas inovadoras e equitativas para reduzir este fardo, uma vez que a capacidade de muitos países em desenvolvimento de responder efectivamente à educação e a outras necessidades básicas será extremamente ampliada ao se resolver o problema da dívida.

## 2.6 Reflexão sobre actual situação da educação escolar em Moçambique

### Sobre os alunos

Feita a abordagem das linhas gerais que norteiam a política pública educativa, torna-se imperiosa a confrontação com a realidade em Moçambique em vários subsistemas de ensino.

Um aspecto a realçar é o não cumprimento dos objectivos propostos para os ciclos de aprendizagens no ensino primário, visto que até a conclusão do segundo ciclo a maior parte dos alunos nas escolas públicas, privadas e comunitárias não consegue realizar as seguintes tarefas:

- Ler, escrever contar números e realizar operações básicas como por exemplo somar, subtrair, multiplicar, dividir estimar e medir comprimentos calcular superfícies e volumes.

Estes problemas se estendem para uma maioria de alunos no terceiro ciclo de aprendizagem a ponto de não dominarem noções básicas de ciências sociais e naturais.

Este grupo de alunos com estas dificuldades progride para o ensino secundário. Neste contexto, o professor do ensino secundário deve procurar redobrar esforços no sentido de consolidar muitos conteúdos do ensino primário, de modo a possuir pré-requisitos para o ensino secundário. Este problema se estende para os seguintes subsistemas de ensino.

*O professor perde a maior parte do seu tempo ensinando conteúdos dos níveis anteriores ou a passar por cima da matéria nova.*

A razão da abordagem superficial dos conteúdos no ensino secundário é devido a redução da carga horária que tem sido observada para as disciplinas de Física, Química, Desenho, Geografia, Biologia, História devido as transformações curriculares e a superlotação das salas de aulas nos grandes centros urbanos.

Este problema faz com que não se cumpram na íntegra os objectivos propostos para o ensino secundário e superior.

É normal em algumas escolas do País a conclusão do ensino secundário, sem a realização de actividades experimentais num laboratório equipado de Ciências Naturais, facto que enfraquece o aluno em relacionar os conteúdos escolares com a sua aplicação no dia-a-dia.

Com a massificação do ensino, é normal um aluno no ensino secundário terminar um trimestre sem que o professor tenha corrigido o seu caderno no sentido de avaliar a sua progressão científica. Esta situação pode de certo modo desmoralizar o aluno em realizar trabalhos de casa ou mesmo pesquisar informações úteis para a sua própria vida ou dos outros.

Ainda no ponto ligado a massificação de ensino, alguns alunos podem concluir um ciclo de aprendizagem assistindo aulas sentados no chão ao ar livre ou mesmo numa sala sem carteiras. Que comparação poderá se efectuar em termos da escrita com um aluno que concluiu o ensino sentado na carteira numa sala com mínimas condições.

Tem alunos que fazem o ensino secundário geral em 13 anos e outros em 12 anos devido a falta de oportunidades no acesso ao ensino pré-escolar. Até certo ponto torna-se difícil garantir a equidade científica inicial para todas as crianças, jovens e adultos do nosso País.

### **Uma comparação entre alunos da cidade e do campo**

Hoje em dia, circulam programas em canais televisivos, rádios ou em outras mídias orientados para o processo educativo como o caso da Telescola, Perlimpimpim, Sabias que, Transtel, o programa do Gugu, reino animal e mais. Estes programas ajudam o aluno a desenvolver as suas capacidades na compreensão do mundo. Para um aluno que tem acesso a estas mídias e outro sem acesso, nota-se até certo ponto uma diferença na compreensão de algumas situações aprendidas na escola. Esta situação é condicionada pela ausência das necessidades básicas para a vida de alguns distritos, Localidades e Postos Administrativos no nosso País

A mesma situação quando acontece com um aluno da cidade tem outros contornos porque este pode não ter visto um tipo de animal, vegetação, deserto ou recursos naturais mas ter assistido num canal televisivo.

Um outro aspecto que caracteriza o ensino escolar em Moçambique é a forma de avaliação que é meramente reprodutiva onde os alunos devem reproduzir tão exacto quanto possível a informação transmitida pelo professor (POPOV, 1993).

Uma das razões desta prática é a superlotação das salas de aulas que não facilita a aplicação de questões que mensurem as capacidades e habilidades adquiridas pelos alunos durante o processo de

ensino e aprendizagem. Na avaliação reprodutiva é normal que só um aluno numa fila ou numa carteira se prepare e os restantes se limitem a cópias.

Com tudo, pretende-se afirmar que ainda não foram alcançados os objectivos propostos nos 10 artigos da conferência de Jomtien, devido a vários factores onde a diferença de oportunidades provocadas pela pobreza ainda se fazem sentir. É importante frisar que de forma paulatina os objectivos estão sendo alcançados com a intervenção de vários actores ligados a politica educativa de Moçambique.

### **Sobre os professores**

Com a introdução da rápida conclusão do nível através da realização de exames extraordinários, é normal um aluno realizar o exame externo da 5ª Classe, 7ª Classe e 10ª classe para posteriormente candidatar-se ao curso de formação de professores no modelo de 10+1. Alguns arriscam até o exame externo da 12ª Classe para posteriormente frequentar um curso superior de formação de professores. Ao em vez de 13 anos de escolaridade incluindo a pré-escola, este último aluno acaba fazendo entre 8 a 11 anos.

O que poderá se esperar deste professor de *exame extraordinário* para poder desenvolver as capacidades de leitura, escrita e realização de operações básicas em Matemática nos alunos do ensino primário. Até certo ponto esta prática poderá estar a transgredir os objectivos traçados na conferência de Jomtien.

Actualmente não existem instituições de formação de professores vocacionadas para o ensino técnico profissional, acabando por se levar bons estudantes destas instituições ou mesmo técnicos superiores da área, mas sem formação psicopedagógica. Esta situação pode enfraquecer de certo modo a aprendizagem nestes subsistemas de ensino, visto que o professor não só deve possuir uma bagagem técnico-científica mas também humana que lhe permite compreender a evolução do próprio aluno e as metodologias de abordagens orientadas para uma situação específica.

A sobrecarga do professor nos vários subsistemas de ensino pode enfraquecer a dinâmica do processo educativo, visto que “*quem muito abarca, pouco aperta*”.

Dentre os vários problemas acima mencionados tanto para os alunos como para os professores a sobrecarga também pode ajudar a não concretização dos objectivos traçados na conferência de Jomtien para o caso de Moçambique.

## **2.7 Soluções estratégicas rumo**

Após a abordagem da actual situação do ensino em Moçambique em função da bibliografia disponível, como pesquisador, resta agora apresentar algumas propostas de soluções dos problemas levantados, rumo ao alcance da qualidade de ensino desejada. Podendo existir mais, estas soluções estão circunscritas nos parágrafos a seguir e que devem ser associados aos esforços das entidades governamentais e a contínua implementação das dez estratégias traçadas na conferência de Jomtien:

- Para os cursos de formação de professores, o critério de selecção deveria contemplar uma sondagem curricular do candidato ou mesmo acompanhada por duas cartas de recomendações, emitida por entidades competentes que conhecem melhor a vida social e académica do candidato. Esta carta deve contemplar as potencialidades e limitações do mesmo pois que, *“no processo educativo não se improvisa”*.
- Assumindo o distrito como pólo do desenvolvimento, os responsáveis da educação apoiados pelo Governo, sector privado e religioso devem aproveitar os recursos disponíveis em cada distrito e localidade para a construção de salas de aulas. Esta estratégia parte necessariamente na consolidação da ligação Escola-Comunidade e conselho do País, onde podem construir escolas por meio de tijolos queimados feitos pelas comunidades locais ou mesmo caniços ou bambus, incluindo bancos do mesmo material, enquanto a solução definitiva aparece. Esta medida requer uma força de vontade e o reconhecimento da educação como a base de desenvolvimento de um País, pois que, *“educar hoje é semear um grão para amanhã colher uma fortuna”*.
- Quanto a superlotação das salas de aulas do ensino primário, há uma necessidade de aumentar o número de professores por turma para o caso dos primeiros dois ciclos de aprendizagem. Para além de um professor, serem dois, onde um é o principal e o outro auxiliar de modo a que a mão do professor se faça sentir de forma equitativa em todos alunos na mesma sala de aulas. O critério de adopção do professor principal e auxiliar deve depender da experiencia e nível de formação. É importante referir que o nível primário é o pilar da educação e nele há muito trabalho em relação aos restantes níveis de ensino, visto que, todos precisam dos resultados da educação primária para a vida. *“A educação primária é a coluna vertebral de qualquer sistema educativo escolar”*

- Com relação a equidade e homogeneidade do nível inicial, há uma necessidade de incorporar a pré-escola na educação primária, de tal modo que o estado assuma a sua inteira responsabilidade. Pois que, observa-se actualmente que a maior parte das escolinhas estão sob tutela do sector privado. Os conteúdos aprendidos nestas escolinhas por um período de dois anos devem servir de instrumentos que ajudem a garantir a unidade na diversidade entre as crianças. Nestes dois anos os alunos poderiam aprender o amor aos Pais, ao próximo a pátria a identificação e representação dos objectos, as boas maneiras, as regras de higiene pessoal e do meio.
- Quanto ao nível primário e secundário há uma necessidade de estender os mídias para os 128 distritos do País bem como os postos administrativos e localidades. Contudo, deve-se também aumentar os programas educativos ligados ao ensino em compensação aos programas de entretenimento musicais através das rádios comunitárias televisão e grupos culturais, juvenis (promoção de olimpíadas, jogos escolares e mais), redes de comunicação a comunidade e os Pais dentro das famílias.

Esta atitude parte necessariamente pelo envolvimento de parceiros, de acordo com os artigos 5, 6, 7, 9 e 10 dos objectivos da conferência de Jomtien. *“Os órgãos de comunicação social e os patrocinadores dos programas Televisivos, da rádio e outros, devem saber que a educação e a chave para a melhoria da qualidade de vida”*.

- Há uma necessidade de valorizar mais a área de ciências Naturais e Matemática, pois, é com base nesta área que se pode fazer melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no País e reconstrução das infraestruturas ai inerentes. Não querendo contudo tirar o mérito das ciências sociais. Visto que, saber *fazer* é fundamental para qualquer ser humano, pois que, rapidamente possibilita o desenvolvimento das capacidades intelectuais de um indivíduo. As Cidades, pontes, estradas barragens alienadas pela independência nacional de 1975 tem um tempo de vida segundo a qual poderão se destruírem. Neste contexto devem ser preparados Jovens capazes de projectar e construir novas cidades de geração pós geração e procurar formas de tornar sustentáveis os recursos ai inerentes, bem como implementar formas de conservação do meio ambiente.
- Há uma necessidade de resgatar as “ardósias” para cada aluno do ensino primário, de modo que, de uma forma rápida habilite-se a melhorar a escrita, leitura e efectuar as operações básicas em Matemática, compreensão e representação do meio que lhe rodeia, aspectos chaves para o desenvolvimento das áreas ciências Naturais e Matemática.

- A alfabetização de adultos deve ser obrigatória e até certo ponto compulsiva de modo a assegurar que os Pais e encarregados de educação, tenham a real dimensão do papel da escola para os seus educandos. Esta prática parte necessariamente pelo apoio prestado pelo estado no garante das necessidades básicas do ser humano (*acesso a saúde, a alimentação, a habitação condigna, a educação e a informação*). Estes cinco elementos são a razão dos grandes desafios e da actual luta da maior parte dos Moçambicanos. *Com a resolução dos problemas básicos, diminui-se também a corrupção no ensino.*
- Há uma necessidade de cada Moçambicano junto das entidades competentes desenvolver o espírito empreendedor no sentido de compreender que o crédito torna o homem independente político sob dominação económica. Neste tipo de dominação as políticas dependem sempre dos credores a ponto de implementar-se estratégias involuntárias rumo a resolução de um certo problema. A título de exemplo estão os cursos de formação de professores no modelo de 10 +1 e 12+1.
- Seria importante também rever o aspecto ligado ao professor quando se traçam novas políticas educativas. Pois que, deveria se olhar pelos benefícios que este poderá colher, dado que ele é fundamental na implementação das políticas educativas. Esta reflexão ajuda a resolver o problema de professores descontentes devido a discrepância entre o trabalho realizado e o rendimento obtido. Evita-se também com esta meditação a pedagogia de fingimento “ *onde o professor finge que está a implementar o novo currículo na sala de aulas e o aluno que está a aprender*”. E no final não se consegue alcançar os resultados desejados, apenas ficando-se atrás das percentagens que não reflectem a realidade do aluno.
- É importante também que na formação do professor se frise sempre o seu papel na educação das novas gerações. Fazendo-se suposições hipotéticas *sobre o que seria se fosse ele ou seu filho a serem mal formados*. Esta prática poderia ajudar o professor a assumir maior responsabilidade no seu trabalho e pronunciar-se sempre que algumas estratégias de implementação das políticas educativas não são exequíveis. “*Reduz-se também o espírito de deixa andar o barco, quem sou eu para por fim a esta situação*”.
- Há uma necessidade de instalação de um *centro de avaliação da qualidade* de ensino e de *orientação profissional e vocacional* em vários pontos do País, como forma de monitorar temporariamente alguma política educativa implementada. Também a orientar os alunos em função das suas inclinações científicas.

## **Considerações finais**

Após a abordagem do presente tema, compreende-se que a política pública educativa é a que influencia a direcção tomada pelas novas gerações, no caso de Moçambique, a geração de viragem. Contudo, a sua elaboração deve ter em conta as tendências dos actuais desafios de toda a nação em função das consultas feitas a todos os agentes envolvidos no processo educativo. Isto obriga que os executores das políticas sejam do pretérito no presente com uma visão futurista pois que a educação é um processo cujos resultados se observam a longo prazo.

Nota-se também que os problemas que a educação em Moçambique enfrenta, não podem ser descritos de uma forma simples. Mas em linhas gerais, a falta de meios para a implementação dos resultados da conferência de Jomtien poderão estar na origem da discrepância entre os resultados esperados e os alcançados.

As soluções estratégicas dos problemas da educação escolar em Moçambique do ponto de vista pessoal e para se adequar aos desafios do século XXI, consistem na implementação entre outras das doze estratégias propostas na parte final deste trabalho. Não querendo contudo menosprezar o trabalho que está sendo desenvolvido rumo resolução dos problemas do ensino no País.

## **Bibliografia**

1. EASTON, D. **A System Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965.
2. EASTON, D. **The political system**. New York: Willey, 1953.
3. HAM, Christopher; HILL Michael. **The *policy process* in the modern capitalist state**. Londres, 1993.
4. HECLLO, H. **Review article: policy analysis**. **British Journal of Political Science**. 1972.
5. INDE; **Plano Curricular do Ensino Básico**, Maputo 2008; 103p
6. JOMTIEN; **Declaração Mundial Sobre a Educação para Todos**, Tailândia; 1990
7. LAKATOS, E.M. MARCONI. N. de. A. **Metodologia do trabalho Científico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas.1994.300p.
8. Lei 6/92 de 6 de Maio; Artigo 135 da Constituição, a Assembleia da República; **Sistema Nacional de Educação**, Maputo, 1992
9. MEC, **Agenda do Professor 2010**; Elográfico-Maputo; Maputo 2009
10. POPOV; Oleg, **Ensino de Física na Escola Mocambicana**, Maputo; 1993
11. WILDAVSKY, A. **Speaking truth to power: the art and craft of policy analysis**. Boston, 1979.